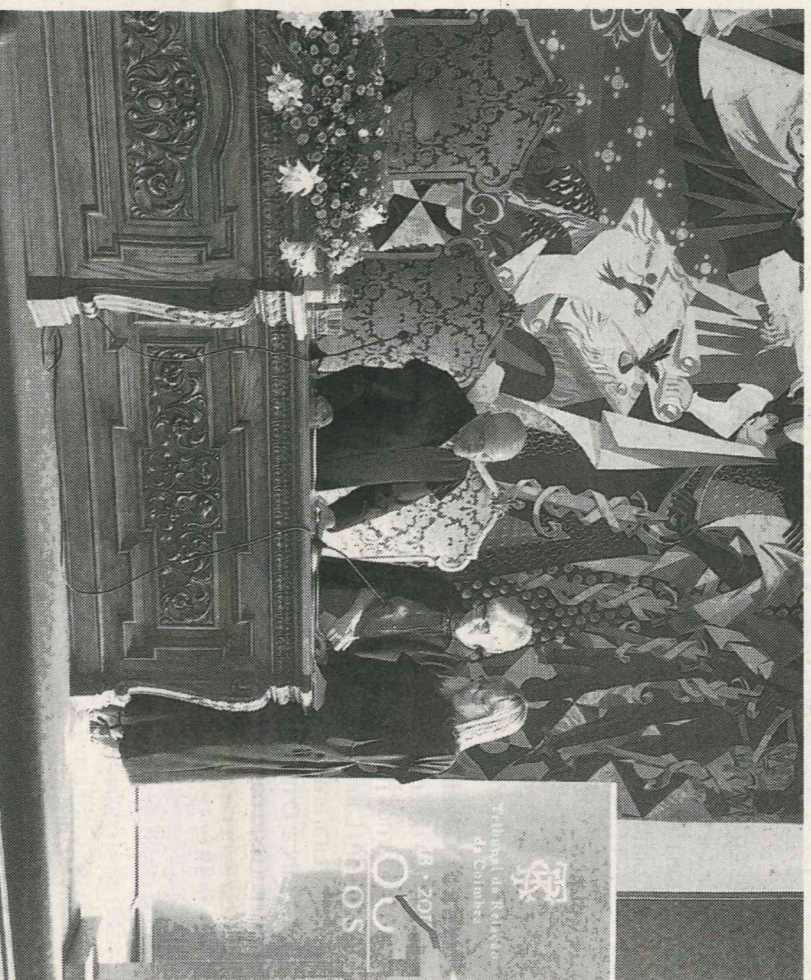


Comarcas da região perderam 30% de magistrados

Ministério Público Tolda Pinto alerta que, nos próximos “dois, três anos”, perto de 200 procuradores sairão dos quadros devido ao limite de idade



Ana Simões tomou posse como coordenadora do Ministério Público da comarca de Coimbra

Patrícia Isabel Silva

Nos últimos anos, as cinco comarcas que integram a Procuradoria-geral Regional de Coimbra do Ministério Público

(Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Viseu) «sofrem um corte na ordem dos 30%», no quadro de magistrados, prevenido-se ainda que, nos «próximos dois/três anos» saiam «perto de 200 magistrados», devido, essencialmente, a jublações, alertou ontem o procurador regional, António Tolda Pinto, na sessão de tomada de posse dos magistrados do Ministério Público de Castelo Branco, Coimbra e Leiria.

«Vivemos tempos difíceis com a exiguidade de quadros», lamentou Tolda Pinto, convicido de que «nem com os cursos relampago», promovidos pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), «a situação ficará minimamente sustentável nos próximos cinco a oito anos». Na

serie que, com dificuldade, há que adotar outros meios de trabalho, em termos de racionalidade», com vista a «uma maior eficácia», apelou, dando conta da necessidade de «mudar mentalidades». «Ponham o mofo de lado», referiu.

«Um magistrado do Ministério Público não é dono da sua “quinta”, não é só responsável pela sua “quinta”. Tem de se preocupar com o conjunto da unidade orgânica em que está inserido», continuou o procurador-geral regional.

Aos coordenadores de comarca, Tolda Pinto faz chegar a mensagem para a «forte necessidade de estabelecerem contactos diretos, o mais informais possível com o DIAP regional», no sentido de que, seja em fase de inquérito, seja já em julgamento, exista um «intercâmbio de informação que seja útil para todos».

Procurador regional alerta para agravamento de pendências e afirma que a falta de pessoal não é a única explicação

Na sessão de ontem, que decorreu no Tribunal da Relação de Coimbra, António Tolda Pinto empossou como coordenadores de comarca Ana Simões (Coimbra), Filipe Maciel (Castelo Branco) e Isabel Valente (Leiria).

Ana Simões sucede a Clara Oliveira, que atinge a idade de jublação, enquanto Filipe Maciel vai ocupar o cargo agora deixado por Lígia Salbany. Recorde-se que a coordenadora da comarca de Coimbra exercia o mesmo cargo há cerca de um ano e meio em Leiria. Tolda Pinto destacou a «assertividade», «ponderação» e «bom senso» de Filipe Maciel, «o rigor e competência» de Isabel Valente, frisando que o que conhece de Ana Simões o deixa «descansado». «Tenho certeza que vai correr bem», disse.

“Compromisso” e “responsabilidade” em prol dos cidadãos

Ana Simões regressa a Coimbra, cidade de onde é natural e exerceu a maior parte da sua via profissional. Nomeada há cerca de ano e meio coordenadora da comarca de Leiria, com a jublação de Clara Oliveira regressa “a casa”.

«É com orgulho e profunda honra que assumo este cargo», sublinhou, garantindo «compromisso e responsabilidade», de colocar «o máximo entusiasmo, paixão e força» no exercício das novas funções «com o fim de prestigiar a magis-

tratura». Consciente da «exigência», Ana Simões está certa de que, com trabalho de equipa, dará «resposta aos desafios com prontidão e eficiência», num compromisso com a comunidade e os cidadãos. †



Momentos Felizes

NUNNO
50 Anos
Feliz Aniversário.
Votos do Núcleo de Veteranos do C. F. União de Coimbra.

Tribunal de Coimbra com serviços mínimos devido à greve



Membros do sindicato falam em 100% de adesão em Coimbra

FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS O Tribunal Judicial de Coimbra esteve ontem a funcionar com serviços mínimos devido a uma greve de dois dias decretada pelo Sindicato dos Funcionários Judiciais e Sindicato dos

Oficiais de Justiça, e que se prolonga pelo dia de hoje.

Helena Oliveira, secretária executiva regional de Coimbra do Sindicato dos Funcionários Judiciais, disse aos jornalistas, à porta do Tribunal de Coimbra, que os serviços mínimos foram assegurados e que os juízos criminais estavam a cumprir-lhos. A paralisação foi decretada na reabertura dos tribunais após as férias judiciais numa ação considerada «inédita no sindicalismo judiciário».

A paralisação, de acordo com informação sindical, visa «exigir do Governo o cumprimento dos compromissos assumidos e as deliberações da Assembleia da República», designadamente «preenchimento integral dos lugares vagos, abertura de procedimento para promoção e acesso a todas as categorias cujos lugares se encontravam vagos, inclusão no vencimento do suplemento de recuperação processual com efeitos a 1 de janeiro de 2021, ou seja, o pagamento do valor mensal nas 14 prestações anuais, regulamentação do acesso ao regime de

pré-aposentação e um regime específico de aposentação e ainda a apresentação de uma proposta de revisão do estatuto profissional que dignifique e valorize a carreira e os profissionais».

De acordo com a informação sindical, os serviços mínimos foram assegurados e apenas para apresentação de detidos e arguidos presos à autoridade judiciária e realização dos atos subsequentes e realização de atos processuais estritamente indispensáveis à garantia da liberdade das pessoas e os que se destinavam a tutelar direitos, liberdades e garantias que de outro modo não pudessem ser exercidos em tempo útil.

Mais de 30 tribunais estiveram totalmente paralisados devido à greve convocada pelos dois sindicatos representativos dos oficiais de justiça, que registaram uma adesão próxima dos 100% por parte destes profissionais. Segundo o Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ), pelo menos 34 tribunais registaram ontem 100% de adesão à greve. Entre estes estão os maiores tribunais de algumas comarcas do país, como é o caso de Coimbra, mas também Braga, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda ou Funchal, remetidos apenas ao trabalho em serviços mínimos. †